



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
13 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	2	Gerada	Positiva

Desce

Nove pessoas, entre empresários e servidores públicos municipais de Aldeias Altas/MA foram denunciados por irregularidades no processo de licitação e na execução de um contrato de limpeza urbana no município, em 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Estado

DATA 13 / 12 / 2019

PÁG. 6

Gerada

Positiva

Aldeias Altas

Nove pessoas são denunciadas por esquema de desvio de recursos públicos

Irregularidades no processo de licitação e na execução de um contrato de limpeza urbana no Município de Aldeias Altas, em 2017, levou o Ministério Público a protocolar uma Denúncia, em 29 de novembro, contra nove pessoas. Entre os envolvidos estão empresários e servidores públicos municipais. O contrato inicial e seus aditivos resultaram em um prejuízo de R\$ 3.728.027,44 no período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2019. Figuram na Denúncia Paulo Releto Feitosa Wanderley, Melissa Lima Barroso Moura, Milena Lima Barroso Moura, Paulo Valério Mendonça, George Luis Damasceno Boralho, Antônio José Sousa Paiva, Hidingenes Soares Lima, Jaime Neres dos Santos e Kelliane da Silva Santos. O pregão presencial nº 1072917 tinha o objetivo de contratar empresa para a realização de serviços de limpeza pública em Aldeias Altas. As investigações do Ministério Público, no entanto, apontaram que o processo licitatório foi "fabricado" para dar aparência de legalidade à contratação da empresa M L Barroso Moura - ME (Impacto Empreendimentos). Outra empresa do grupo, a Impacto Construção Civil Ltda., também participou do certame. As irregularidades surgem desde o termo de referência que embasou a licitação, no qual foram inseridas tabelas com descrição do objeto de forma genérica, para as quais o secretário municipal de Obras e Infraestrutura, Antônio José Sousa Paiva, não sabia explicar como havia chegado aqueles valores. O valor global pela prestação de serviços em 12 meses era previsto em R\$ 2.566.169,00, "valor altíssimo para um município do porte de Aldeias Altas", avalia o promotor de justiça



DIVULGAÇÃO

Entre os acionados está o secretário de Infraestrutura de Aldeias Altas, Antônio José Sousa Paiva

Francisco de Assis da Silva Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Caxias, comarca da qual Aldeias Altas é termo judiciário. Muitos dos encargos aplicados estavam acima da previsão legal, com o objetivo de aumentar o valor estimado do contrato. Também foram criados artifícios com o objetivo de afastar eventuais concorrentes, como a exigência de que o edital fosse retirado na Comissão de Licitação do município. A proposta vencedora, no valor de R\$ 2.181.805,64, estava, portanto, abaixo dos R\$ 2,5 milhões estimados, tentando demonstrar benefício à administração pública. Já na fase de execução do contrato, verificou-se que o Município de Aldeias Altas não exercia ações de fiscalização da limpeza pública. Depoimentos também apontaram que todos os pagamentos eram realizados em espécie, um índice de lavagem de dinheiro. A gestão do dinheiro para pagamento de pessoal era feita, inclusive, na própria sede da prefeitura.

ORGANIZAÇÃO

e acurto com a Denúncia, a organização criminosa – que também agia em outros municípios maranhenses – era formada por três núcleos. O núcleo central era formado por Melissa Lima Barroso Moura, Paulo Roberto Feitosa Wanderley e Milena Barroso Moura, que também eram os responsáveis pela lavagem de dinheiro. O núcleo operacional era composto por Paulo Valério Mendonça e George Luis Damasceno Boralho, enquanto o "núcleo público" era formado pelos servidores Antônio José Sousa Paiva, Hidingenes Soares Lima, Jaime Neres dos Santos (presidente da Comissão Permanente de Licitação) e Kelliane da Silva Santos (pregoeira, filha de Jaime Neres). Esse último núcleo só teria conhecimento sobre as práticas criminosas realizadas em Aldeias Altas. "O modo como foi operacionalizado o procedimento licitatório, bem como a fiscalização do serviço, seleção de funcionários pela empresa, pagamento em espécie realizado na sede da

prefeitura e vários outros, verifica-se que os denunciados se aproveitaram da fragilizada organização administrativa do Município de Aldeias Altas para apropriarem-se de dinheiro público, em prejuízo aos cofres municipais e a sofrida população do município", avaliou, na ação, o promotor Francisco de Assis da Silva Júnior.

HÍGIA

O caso das irregularidades em Aldeias Altas havia motivado a Operação Hígia, em 16 de julho deste ano. Na ocasião, o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecoc) e a Polícia Civil cumpriam mandados de prisão temporária e de busca e apreensão nas cidades de Aldeias Altas, Caxias e São Luís. Durante a operação, foram presos temporariamente Antônio José de Sousa Paiva e Jaime Neres dos Santos. Este último também foi preso em flagrante por posse ilegal de arma e o primeiro, por subtração de documento público. Na época, as investigações já apontavam que o procedimento licitatório teria sido superfaturado e foram identificados indícios de associação criminosa com o objetivo de fraudar a licitação, envolvendo tanto a empresa vencedora e uma das perdedoras, a Impacto Construção Civil Ltda., cujo responsável legal, Paulo Valério Mendonça, recebeu mais de R\$ 1 milhão da empresa M L Barroso Moura - ME. Além disso, foi constatado que a empresa investigada também fez transferências bancárias para familiares do secretário municipal de Infraestrutura, Antônio José Sousa Paiva, e do presidente da Comissão Permanente de Licitação, Jaime Neres dos Santos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Prefeito de Apicum-Açu é acionado por improbidade administrativa

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 5 de dezembro, uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa, com obrigação de fazer e pedido de tutela de urgência, contra o prefeito de Apicum-Açu, Claudio Luiz Lima Cunha. O motivo da Ação é a ausência de gerador na Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora de Fátima.

A manifestação ministerial foi elaborada pelo promotor de justiça Igor Adriano Trinta Marques, que está respondendo pela Promotoria de Justiça de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário. A fim de apurar diversas condutas do prefeito, foi instaurado na Promotoria o Inquérito Civil nº 005/2016, no qual

foi verificado a ausência de gerador de energia elétrica na UBS Nossa Senhora de Fátima (antigo Hospital Municipal de Apicum-Açu). Segundo consta no inquérito, o demandado celebrou convênio no valor de R\$ 27 mil com o Ministério da Saúde, por meio da Diretoria Executiva do Fundo Nacional, para aquisição de gerador para a UBS Nossa Senhora de Fátima. Porém, em 2014, o equipamento foi retirado e nunca mais visto, sem que houvesse qualquer pedido para doação, venda ou descarte do objeto perante a Câmara Municipal. Durante a tramitação do procedimento na Promotoria, foram requisitadas, por duas vezes, informações ao gestor municipal, que

deixou de resolver a questão e apenas pediu prorrogação de prazo. Em vista disso, foi confirmada a ausência de gerador elétrico na UBS Nossa Senhora de Fátima. "Não resta dúvidas de que o requerido praticou ato de improbidade administrativa ao receber um bem móvel por meio de recursos públicos sem que utilizasse em proveito do interesse público", afirmou Igor Adriano Trinta.

PEDIDOS

O MPMA pede a concessão de liminar decretando a indisponibilidade de bens do prefeito Claudio Cunha no valor de R\$ 27 mil e a antecipação dos efeitos da tutela de mérito a fim de que seja

determinada a reposição imediata do gerador na UBS Nossa Senhora de Fátima, sob pena de multa diária pessoal, no valor de R\$ 5 mil. O Ministério Público requer, também, a condenação do prefeito nas sanções previstas na Lei da Improbidade Administrativa, as quais incluem: ressarcimento integral do dano; perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de dez anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Capa			
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	1



Área no Barramar deve ser desocupada

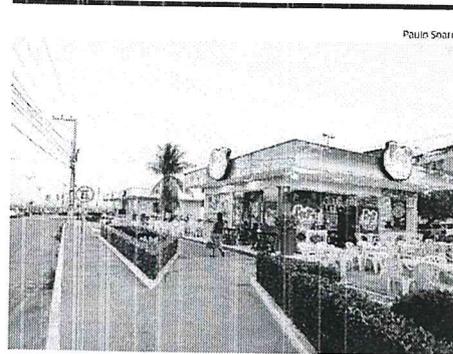
Justiça fixou a data de 12 de agosto de 2023 como o prazo máximo para a demolição de todas as edificações existentes na atualidade na área pública do loteamento Alterosa, localizado no Barramar. CIDADES 6



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Cidades					
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	6	Espontânea	Positiva



Lanchonetes instaladas na área pública do Barramar terão de sair

Justiça: área verde no Barramar deve ser desocupada

Justiça fixou a data de 12 de agosto de 2023 como o prazo máximo para a demolição

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determina que o Estado do Maranhão, o Município de São Luís e os particulares L. G. P. Melo - Me, Fest Lanches e Mamute Lanches Ltda procedam à reparação dos danos causados à ordem urbanística, procedendo à demolição de todas as edificações existentes na área pública do loteamento Alterosa, localizado no Barramar. Devem, ainda, restaurar e manter a área em consonância com o previsto no loteamento aprovado, mantendo o Município a área livre e desembaraçada para o uso público e impedindo qualquer ocupação que desvirtue sua natureza.

A Justiça fixou a data de 12 de agosto de 2023 como o prazo máximo para cumprimento da obrigação de demolir as edificações irregulares. Em caso de descumprimento, foi arbitrada a multa diária aos réus no valor de R\$ 1 mil. As intimações às partes foram encaminhadas nesta quarta-feira, 11, à Central de Mandados.

A sentença, assinada pelo juiz titular Douglas de Melo Martins, ainda condenou o Município de São Luís a se abster de conceder qualquer forma de instrumento ju-

rídico que permita aos requeridos, ou a terceiros, a ocupação da área pública de uso comum do povo.

O magistrado declarou, também, a nulidade de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de São Luís e os réus L, com anuência de agente do Estado do Maranhão, e os demais registros e atos administrativos subsequentes. Na ação, o Ministério Público alega que "Com ilegal participação de agente público do Estado Maranhão (promotor de Justiça), o Município de São Luís celebrou ilegal termo de ajustamento de conduta com ocupantes de área pública de uso comum do povo, destinada a área verde, situada no loteamento Alterosa, em São Luís".

O órgão ministerial ressalta que o "ato é ilegal porque desafetou área verde de uso comum do povo, convertendo-a em área comercial de exploração privada admitiu a ocupação irregular de espaço público como direito de uso e concedeu direito de construir a quem não tem direito de propriedade e, mais grave, concedeu obra e espaço público sem licitação". ●

Integra em oestadoma.com/477367



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	12

Força Nacional chega à terra indígena Cana Brava

No último sábado, um ataque resultou na morte de dois caciques de aldeias da região

FOTOS: DIVULGAÇÃO

LUCIENE VEIRA

Após o assassinato de dois indígenas da etnia guajajara, a Força Nacional de Segurança Pública chegou na quarta-feira (11), por volta das 18h, na terra indígena Cana Brava, no município de Jenipapo dos Vieiras. Os integrantes da Força Nacional devem permanecer na região indígena até 8 de março de 2020. As equipes darão apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, em ações de segurança pública, para garantir a "integridade física e moral dos povos indígenas, dos servidores da Funai e dos não índios", conforme o texto da portaria, assinada no dia 9 deste mês, pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. O atentado a tiros ocorreu no sábado (7), na BR-226, entre as aldeias Boa Vista e El Betel, em Jenipapo dos Vieiras. Os mortos foram identificados como sendo os caciques Firmino Silvino Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara. Durante o atentado, outros dois indígenas ficaram feridos.



Força Nacional já está na Terra Indígena Cana Brava, onde dois índios foram mortos no sábado (7), entre eles o cacique Raimundo Guajajara (detalhe)

VEÍCULO SUSPEITO APREENDIDO

Sobre o caso, o chefe do Departamento de Homicídios do Interior, delegado Jeffrey Furtado informou ao Jornal Pequeno que há mais de uma linha de investigação sendo estudada.

O delegado contou que, nessa quinta-feira (12), apreendeu um veículo possivelmente utilizado pelos assassinos de Bernice Guajajara e Firmino Silvino. "Foi uma testemunha que nos apontou o carro que está apreendido, mas ainda estamos investigando a veracidade desta informação",

informou Jeffrey Furtado. Jeffrey Furtado disse que o carro foi localizado na casa do dono do veículo, mas que o proprietário do automóvel não foi preso. Já o carro foi trazido ontem mesmo para São Luís, para passar por perícia.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	10

Força Nacional já em atividade em terra indígena em conflito

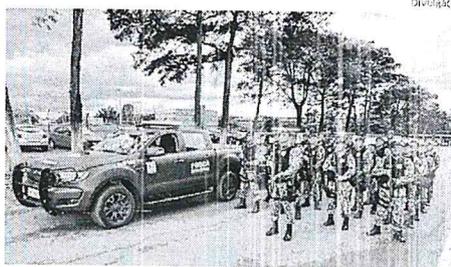
Objetivo é evitar novos ataques aos indígenas, que relatam ameaças, e apoiar o trabalho da polícia na investigação da morte dos dois caciques

NELSON MELO
Da equipe de O Estado

O efetivo da Força Nacional de Segurança Pública, enviada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MISP), já está em atividade na Terra Indígena Cana Brava, em Lenipapo dos Vieiras, realizando rondas. No total, são 20 agentes, que chegaram em seis viaturas. Além dos patrulhamentos no território dos índios, o contingente também percorrerá a BR-226, em um trabalho conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Esse reforço foi encaminhado à região após a morte de dois caciques.

O comboio da FNSP chegou no fim da tarde de quarta-feira, 11. Os agentes vieram de Brasília, no Distrito Federal (DF), em atendimento a uma portaria do MISP, assinada pelo ministro Sérgio Moro. Antes do início dos patrulhamentos, a equipe participou de uma cerimônia militar. Em seguida, foi apresentada às lideranças indígenas da região e fizeram uma reunião com os índios para explicarem a função da Força Nacional na Cana Brava.

Os agentes da Força Nacional permanecerão na Terra Indígena durante 90 dias. O prazo será encerrado no dia 8 de março de 2020, mas pode ser prorrogado, dependendo de solicitação das autoridades competentes. As rondas serão feitas pela manhã, à tarde e



Comboio da Força Nacional em ronda na Terra indígena Cana Brava

à noite. O objetivo é evitar novos ataques aos indígenas, que relatam ameaças de madeireiros. O clima na região continua tenso por conta do assassinato dos dois caciques, que continua sob investigação da Polícia Federal (PF). A Fundação Nacional do Índio (Funai) também está no local.

Na Terra Indígena Cana Brava, os servidores da Força Nacional ficarão alojados em uma escola localizada dentro do território e no quartel da Polícia Militar de Barra de Corda.

Reforço da PRF

Após a morte dos índios, a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão (SPRF) enviou quatro equipes ao local, para reforçar o patrulhamento na BR-226, que corta a Terra Indígena Cana Brava. Mas, periodicamente,

a instituição desloca inspetores à região, uma vez que a Unidade Operacional (UOP) ainda está sendo construída. O prédio ficará em um trecho da rodovia federal, na cidade de Barra do Corda.

"As paredes já estão sendo levantadas. A colocação do teto já começou. A previsão de entrega é no próximo ano", disse Antônio Noberto, chefe do Núcleo de Comunicação Social da Polícia Rodoviária Federal (Nucom/PRF).

Investigação

A PF assumiu a investigação do caso após receber um relatório da Polícia Civil, que fez os primeiros levantamentos no local do atentado. O inquérito policial deve ser concluído nos próximos dias. Os índios foram mortos, segundo apuração, quando estavam às margens da BR-226, logo depois de saírem da Aldeia

Coquinho, onde lideranças indígenas participaram de uma reunião com representantes da Eletronorte, por volta das 12h30.

O grupo tratou da compensação aos índios pela passagem do linhão de energia elétrica dentro dos territórios indígenas. Firmino Silvino Guajajara morreu no local. Já Raimundo Bernice Guajajara morreu ao chegar à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Lenipapo dos Vieiras. Outros dois índios foram atingidos pelos disparos e continuam internados.

O índio Nico Alfredo Guajajara, uma das vítimas do atentado ocorrido no sábado, 7, em Lenipapo dos Vieiras/MA, às margens da BR-226, continua internado no Hospital Macrorregional de Presidente Dutra/MA. Nesse ataque dois caciques morreram e outro indígena saiu ferido, atingido a tiros. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o indígena foi submetido a uma cirurgia de retirada de controle de dreno. O contingente da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) está na região fazendo patrulhas na localidade.

Cirurgia

A SES disse que Nico Guajajara passou por uma cirurgia na terça-feira, 10, e que o paciente se encontra estável hemodinamicamente, sem previsão de alta. ●

Integra em oestadoma.com/477343



José Ribamar Cutrim Neto que está desaparecido

Sumiço de comerciante no Maiobão preocupa familiares

Um representante comercial, que também trabalha como corretor de imóveis, desapareceu na região metropolitana de São Luís. José Ribamar Cutrim Neto está sumido desde o início da noite de quarta-feira, 11, quando estava no serviço, no Conjunto Maiobão, município de Paço do Lumiar. A família dele está aflita e procurou a polícia. Quando os parentes ligam, o celular do rapaz só dá fora de área ou desligado.

De acordo com informações de familiares, ele saiu de casa, no Turu, na quarta-feira, de carona no carro de um amigo do trabalho, que também é representante comercial. Enquanto esse colega seguiu para fazer pedidos em Santa Inês, José Ribamar ficou na firma, no Maiobão. Até 18h, foi detectado pedidos dele no sistema da empresa.

"Ele estava com uma camisa polo azul clara e calça jeans quando saiu para o trabalho. Ele é representante comercial, mas nas horas vagas, fazia corridas de Uber. Mas, no dia do desaparecimento, ele não estava de carro", disse uma amiga. A família já registrou Boletim de Ocorrência.

Quem souber de informação sobre Cutrim Neto, pode ligar para (98) 98134-2632. ●

Integra em oestadoma.com/477342

Homem é achado queimado dentro de um carro

A investigação sobre um assassinato ocorrido na cidade de Açailândia/MA será aprofundada com a prisão temporária do suspeito, Josimar Pereira da Silva. A vítima, Jheymsion Moreira Martins, foi carbonizada dentro de um carro, que foi incendiado em uma área de mata do município. A Polícia Civil pretende descobrir se a causa teria sido uma discussão entre os dois, que eram amigos, em um bar, durante uma "bebedeira".

Jheymsion Moreira havia sido visto pela última vez em um bar, no Povoado Califórnia, zona rural de Açailândia, no dia 22 de outubro deste ano. Por algum motivo, ele e o suspeito começaram uma intensa discussão no estabelecimento comercial, com troca de ofensas, na frente dos outros clientes. Segundo o delegado Saniel Ricardo, do 1º Distrito Policial (DP), Josimar Pereira seguiu o amigo, e depois de alcançá-lo, o matou.

Ainda não está claro se a vítima foi queimada viva dentro do carro ou se o autor utilizou arma de fogo ou outro instrumento para o assassinato, para somente depois atear fogo no veículo com o amigo dentro.

Prisão do suspeito

O delegado Alex Coelho, titular da Regional de Açailândia, explicou que o suspeito do crime foi capturado na terça-feira, 10, na Vila João Palmeira, no povoado Trecho Seco, na zona rural da cidade. A prisão tem validade de 30 dias e nesse tempo a Polícia Civil objetiva aprimorar a investigação. ●

Integra em oestadoma.com/477342



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	12

Açailândia

Após discussão, homem mata outro e queima o corpo dentro de carro

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PC

Jheymison Moreira Martins desapareceu no dia 22 de outubro deste ano. Na segunda-feira (9), ele foi encontrado morto dentro de um carro incendiado, em uma área florestal de Açailândia. A vítima estava com o corpo carbonizado.

Uma das últimas vezes que Jheymison Moreira tinha sido visto foi em um bar, no povoado Califórnia, em Açailândia. O suspeito de ser o autor do crime, Josimar Pereira da Silva, também foi visto neste bar, na mesma data. De acordo com o titular do 1º Distrito Policial de Açailândia, o delegado Saniel Ricardo Trovão Brito, a vítima e seu possível assassino ingeriram bebida alcoólica, tiveram uma discussão, e nela, Jheymison teria dito que Josimar era "corno" e "covarde". Devido a este episódio, na terça-feira (10), também em Açailândia, policiais da 9ª Delegacia



Josimar Pereira foi preso suspeito de matar colega de "bebedeira" e queimar o corpo dentro de carro

Regional do Maranhão e do 1º Distrito Policial prenderam Josimar. "Josimar foi autuado por homicídio qualificado e ocultação de cadáver; ele está detido na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Açailândia", informou o delegado

Saniel Trovão. "As investigações levam para o fato de que a motivação do crime teria sido a discussão entre ele e a vítima, no bar", acrescentou o titular do 1º DP, descartando a possibilidade de latrocínio.

(LUCIENE VIEIRA)

Dupla é presa ao ser flagrada com arma de fogo pelo Batalhão Tiradentes

Dois homens foram presos em flagrante por porte ilegal de arma e munições, às 23h de quarta-feira (11), em São Luís. O Batalhão Tiradentes, comandado pelo tenente coronel Andrade, realizava operações nos bairros Vicente Fialho e Cantinho do Céu, quando abordou André Luís de Sousa Bezerra, 18 anos, e Mateus da



Conceição Alves, 22, e com eles encontrou um revólver calibre 38, de marca Rossi. A arma estava carregada com cinco munições. De acordo com o Batalhão

Tiradentes, Mateus da Conceição já tinha passagem na polícia por homicídio doloso na forma tentada, roubo e roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo. (LV)

Promotor de vendas está desaparecido em São Luís

DIVULGAÇÃO



José Ribamar Cutrim Neto está desaparecido desde quarta-feira (11).

A Polícia Civil do Maranhão está investigando o desaparecimento do promotor de vendas José Ribamar Cutrim Neto, de 44 anos, morador do bairro Turu, em São Luís. Segundo a família, ele está desaparecido desde a quarta-feira (11).

A mulher de José Ribamar, Élcia Liana, contou que o marido saiu de casa pela manhã, de ônibus, para trabalhar. Depois disso, o promotor de vendas foi visto pela última vez no bairro do Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar, por volta das 18h. O homem estava trajando calça jeans e camisa de cor azul.

A família registrou o Boletim de Ocorrência na Superintendência Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (SHPP), que é responsável por investigar esses casos.

A família pede ajuda nas redes sociais, pedindo informações sobre o paradeiro do promotor de vendas. Quem tiver alguma informação, o contato da família é (98) 98134-2632.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	13 / 12 / 2019	PÁG.	10

BOM JARDIM

Polícia Civil prende acusado de homicídio



DARLAN DOS SANTOS ESTAVA COM MANDADO DE PRISÃO

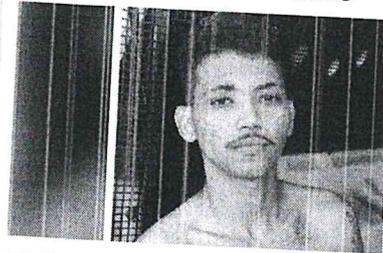
Desarticulando ações contra a criminalidade na região de Santa Inês, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da 7ª Delegacia Regional de Santa Inês prendeu o acusado Darlan dos Santos Morais, 23 anos, natural de Buriticupu. Ele foi preso pelo crime de homicídio praticado na cidade de Bom Jardim.

As informações foram repassadas pela Polícia de Santa Inês, dando conta, que por meio da equipe de capturas da delegacia, efetuou-se a prisão de Darlan dos Santos Morais, mediante o cumprimento ao mandado de prisão expedido pela 2ª vara da comarca de Buriticupu. A prisão se deu nesta quinta-feira (12), por volta das 14:00hs, na Rua do Cordeiro, Bairro Alto do Olegário em Santa Inês. O acusado foi preso e conduzido pelo crime de homicídio na cidade de Bom Jardim.

As ações realizadas até culminarem na sua prisão, foram por meio das informações recebidas via WhatsApp-Denúncia. Mediante as informações recebidas, a Polícia Civil, iniciou um monitoramento, logrando êxito na localização do suspeito, Darlan dos Santos Morais. Que após sua abordagem, fora conduzido para a Delegacia Regional de Santa Inês, e após verificação de sua vida pregressa, constatado um Mandado de Prisão em aberto, pela prática de homicídio, pela comarca de Buriticupu. O acusado será encaminhado para o Sistema Penitenciário Estadual, onde ficará à disposição da justiça.

BAIRRO JAGUAREMA

Presos suspeitos de roubar residências



LUCAS SOUSA AGUIAR E ADOLESCENTES FORAM DETIDOS

A Polícia Militar do Maranhão, através do 8º BPM conseguiu prender em flagrante na madrugada desta quinta-feira (12) um homem identificado como Lucas Sousa Aguiar (18), além de apreender três adolescentes de 15, 16 e 17 anos de idade, suspeitos de integrarem uma quadrilha especializada em roubar residências no bairro do Alto Jaguarema, região do Araçagy.

Uma guarnição da PM recebeu uma informação via Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), relatando que quatro indivíduos teriam invadido uma residência no bairro Alto Jaguarema. Ao chegar nas proximidades do bairro, os policiais foram abordados por moradores que relataram que também foram vítimas do mesmo bando de criminosos, tendo suas residências assaltadas.

Foi realizada diligências nas proximidades, quando a guarnição percebeu uma movimentação estranha em uma região de matagal, sendo necessário executar um cerco. Os criminosos efetuaram um disparo de arma de fogo em direção aos policiais e como resposta, a PM respondeu a ação da mesma forma.

Diante do cerco total, os criminosos começaram a se entregar, sendo possível notar que dois dos suspeitos estavam feridos na região das pernas. Os feridos foram encaminhados ao Hospital Socorrão II para serem submetidos a procedimentos médicos, sendo que um foi liberado imediatamente após a medicação e recambiando ao plantão de Polícia Civil do Cohauac, onde os outros integrantes do bando também foram apresentados e o segundo ficando hospitalizado. Foram apreendidos revólver de calibre .32, da marca Taurus, de numeração 63188 e três munições calibre .32, sendo uma deflagrada e duas percutidas que não deflagraram.